

Projeto de Pesquisa: “O Fator Previdenciário e sua Constitucionalidade”

Raysa Masson Benatti – Turma III – FDRP/USP

Orientador: Prof. Dr. Jair Aparecido Cardoso

Trata-se de projeto de iniciação científica que visa a discutir o instituto do fator previdenciário sob o ponto de vista de sua compatibilidade com a Constituição Federal, buscando traçar respostas para tal questão.

O fator previdenciário altera a forma como se efetua o cálculo do benefício a ser recebido nos casos de aposentadoria por idade e aposentadoria por tempo de contribuição, levando-se em conta, além dos requisitos já existentes para tais, a relação dos elementos idade mínima e tempo de contribuição com a expectativa de vida dos brasileiros.

O tema se mostra pertinente na medida em que afeta grande parte da população do país e, desde que o instituto foi criado, em 1999, pela lei 9.876, a discussão persiste – tanto na doutrina quanto em diversos tribunais, pendendo até ADIN (Ação Direta de Inconstitucionalidade) quanto ao fator.

Se, por um lado, o fator procura diminuir o impacto causado nos cofres públicos em decorrência do aumento da expectativa de vida média da população (uma vez que, em tese, estimula os trabalhadores a se aposentarem mais tardiamente do que fariam sem o fator, ou seja, permanecendo como contribuintes da Previdência Social durante mais tempo), por outro, questiona-se se sua criação não seria uma afronta ao texto constitucional – que, por exemplo, em seu art. 201, § 7º, estabelece que é direito do cidadão brasileiro a aposentadoria por um dos critérios estabelecidos: tempo de contribuição ou tempo de vida. O que a lei ordinária fez ao introduzir o chamado fator previdenciário foi adicionar mais um elemento para calcular o valor do benefício, ensejando a pergunta: se o direito previdenciário elenca o rol de direito da seguridade social, visando a promover o bem-estar social, como ele permite, em seu escopo, a permanência de uma norma que flagrantemente reduz as chances do trabalhador de aproveitar integralmente seu direito?

Assim, a partir de coleta bibliográfica, análise doutrinária e análise jurisprudencial, incluindo-se estudos sobre as ADINs pendentes, buscar-se-á delinear contornos que contribuam para elucidar a questão, sob a ótica da teoria dos direitos fundamentais e sem olvidar, também, aspectos do direito financeiro pertinentes.